

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Estudo Técnico Preliminar 41/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23076.073535/2025-03

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como escopo analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada na execução de obras para Construção de Rampa Externa Coberta no Colégio de Aplicação (CAP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A obra compreende uma área total de intervenção de 95,06 m², e a contratação planejada se dará com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e demais equipamentos necessários à execução contratual.

O Colégio de Aplicação (CAP) da Universidade Federal de Pernambuco, segundo informações constantes em sua página na internet, possui, em seu projeto político-pedagógico os seguintes objetivos:

- (i) Promover a formação integral dos alunos do Ensino Fundamental e Médio;
- (ii) Servir de campo de experimentação na área do Ensino Fundamental e Médio;
- (iii) Servir de campo de estágio para as diversas licenciaturas da UFPE e de outras instituições;
- (iv) Ser um espaço privilegiado para formação continuada de professor da educação básica, realizada pela universidade, articulada com a participação institucional nos programas de apoio à formação de docentes.

Situada na Avenida da Arquitetura, no campus Joaquim Amazonas, a sede do Colégio de Aplicação possui dois pavimentos, nos quais constam salas de aula, laboratórios, sanitários, biblioteca, além de outros espaços voltados à prática de atividades escolares.

Atualmente, o acesso entre os dois pavimentos é realizado por escadas distribuídas ao longo da edificação e por uma plataforma elevatória. Entretanto, quando a plataforma elevatória necessita ser desativada para manutenções preventivas ou corretivas, o que ocorre com frequência, o acesso ao pavimento superior torna-se dificultado para pessoas com deficiência, precisando ser realizado pelo Centro de Educação, o que acarreta uma maior necessidade de deslocamento.

Dessa feita, a contratação ora em análise tem como escopo a construção de uma rampa coberta, com o escopo de garantir, diretamente do Colégio de Aplicação, o acesso ao segundo pavimento da edificação em perfeito atendimento às prescrições constantes nas normas técnicas de acessibilidade física atualmente vigentes, em especial a NBR 9050 e a NBR 16537.

Assim, o interesse público envolvido consiste na garantia de que estudantes, professores, pesquisadores e técnicos administrativos em educação possuam acessibilidade plena a todos os espaços da edificação, conforme o disposto no artigo 28, XVI, da Lei Federal n. 13.146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência):

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

[...]

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino.

No mesmo sentido, preconiza o artigo 57 da mesma lei que:

Art. 57. As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes.

2.1 Aplicam-se a esta contratação os seguintes instrumentos normativos e normas técnicas:

2.1.1 Leis, decretos e instruções normativas

Licitações e contratos administrativos

Lei Federal nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 do Ministério da Economia (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital);

Decreto federal nº 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União).

Proteção ambiental

Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil);

2.1.2 Normas técnicas

Acessibilidade

NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos);

NBR 16537 (Acessibilidade-Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação).

Estruturas de concreto armado

ABNT NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto – Procedimento);

ABNT NBR 6118 (Projeto de estruturas de concreto - Procedimento);

ABNT NBR 6122 (Projeto e execução de fundações).

Impermeabilização e drenagem de águas pluviais

NBR 9574 (Execução de Impermeabilização)

NBR 9575 (Impermeabilização – Seleção e projeto)

NBR 10844 (Instalações Prediais de Águas Pluviais – Procedimento)

Instalações elétricas de baixa tensão

NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão);

NBRISO/CIE8995-1 (Iluminação de ambientes de trabalho - Parte 1: Interior).

2.1.3 Normas Regulamentadoras (NR)

NR 1 (Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais);

NR 4 (Serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho);

NR 5 (Comissão interna de prevenção de acidentes);

NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);

NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional);

NR 8 (Edificações);

NR 9 (Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos);

NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade);

NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais);

NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos);

NR 17 (Ergonomia);

NR 18 (Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção);

NR 24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho);

NR 26 (Sinalização de segurança);

NR 28 (Fiscalização e penalidades);

NR 32 (Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde).

2.1.4 Outras normas e atos normativos passíveis de aplicação

Plano Diretor do Campus Joaquim Amazonas;

Lei do Uso e Ocupação do Solo da cidade do Recife (Lei nº 16.176/96);

Código de Obras da Cidade do Recife (Lei nº 16.292/97).

Ressaltamos, contudo, que o rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, sendo de responsabilidade da contratada a observância de outras legislações e/ou normas técnicas aplicáveis à execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, sejam elas nacionais ou internacionais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS	CARLOS HENRIQUE LOPES FALCÃO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no respectivo conselho profissional (CREA), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s);

4.2. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato;

4.3. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta, tais como;

(i) Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;

(ii) Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

(iii) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

(iv) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

(v) Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;

(vi) Conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros;

4.4. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra;

- 4.5. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;
- 4.6. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas;
- 4.7. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra;
- 4.8. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6;
- 4.9. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis;
- 4.10. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável;
- 4.11. As obrigações da Contratante e da Contratada serão, posteriormente, integralmente previstas no Projeto Básico da contratação.

5. Levantamento de Mercado

Conforme exposto nos itens 2 (Descrição da necessidade) e 7 (Estimativa das quantidades a serem contratadas) deste documento, a solução desenvolvida consiste na construção de rampa de acesso ao segundo pavimento do Colégio de Aplicação.

Diante da problemática identificada, caracterizada pela ausência de acessibilidade ao segundo pavimento do prédio do Colégio de Aplicação, em desconformidade com os parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 9050, a solução que melhor atende ao interesse público consiste na construção de uma rampa de acesso.

Embora a instalação de um elevador constitua alternativa tecnicamente viável, tal solução demanda investimentos contínuos em manutenção preventiva, além da possibilidade de manutenções corretivas. Considerando o atual cenário de restrição orçamentária enfrentado pela UFPE, essas ações de manutenção poderiam ser comprometidas, o que inviabilizaria o funcionamento regular do equipamento, prejudicando, assim, a plena acessibilidade dos usuários da edificação.

É relevante destacar, também, que a obra proposta possui um menor grau de complexidade técnica, sendo perfeitamente passível de execução por empresas e profissionais com atuação na própria região. Embora o Projeto Básico da contratação possa, futuramente, prever exigências de qualificação técnica, tais requisitos não comprometerão a ampla competitividade do certame.

Ressalte-se, ainda, que todos os insumos e serviços foram orçados com base em referências oficiais, como o SINAPI, bem como por meio de cotações junto a fornecedores atuantes no mercado local.

Dessa forma, a contratação de empresa de engenharia para a construção de rampa de acesso ao segundo pavimento do Colégio de Aplicação configura-se como medida imprescindível ao atendimento do interesse público identificado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução desenvolvida na presente contratação trata-se da execução de obra, definida pelo artigo 6º, XII, da lei 14.133 /21 como “toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;”;

6.2. Trata-se, também, de obrigação de natureza não continuada ou contratada por escopo, definida pelo Art. 6º, XVII, da Lei 14133/21, do Ministério do Planejamento, como aquelas que “impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto”;

6.3. Além disso, o objeto da contratação desse Estudo Técnico Preliminar é perfeitamente passível de execução indireta, posto que não incide nas vedações previstas no artigo 3º do decreto nº 9.507/2018;

6.4. O regime de execução a ser adotado será o de empreitada por preço unitário;

6.5. No que se refere ao tempo de duração da obra, estima-se que será necessário o período de 120 dias;

6.6. Por fim, a contratação de empresa para execução dos serviços tratados neste Estudo Técnico Preliminar não exige dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que não se fará necessária a alocação contínua e permanente dos empregados nas dependências do órgão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Segundo o projeto executivo de arquitetura elaborado pela arquiteta Maria Isabel Pinto de Oliveira (CAU A117064), as intervenções necessárias para a construção de rampa externa coberta no Colégio de Aplicação, tratam-se, principalmente, das seguintes:

7.1.1. Piso

Construção de contrapiso em argamassa;

Construção de calçada em concreto simples com acabamento antiderrapante;

Instalação de guia em concreto pré-fabricado para contenção de calçadas;

Construção de piso de alta resistência tipo Duberton com acabamento antiderrapante;

Instalação de piso tátil de alerta em placa pré-moldada em concreto, com pintura em tinta acrílica.

7.1.2. Parede

Construção de parede de alvenaria com blocos cerâmicos;

Instalação de placas de granito natural polido;

Aplicação de pintura em tinta acrílica com acabamento fosco.

7.1.3. Teto

Construção de laje de impermeabilização em manta a base de asfalto modificado;

Aplicação de pintura em tinta acrílica com acabamento fosco.

7.1.4. Outros

Instalação de guarda corpo composto por corrimão em tubos de aço inoxidável acabamento escovado, com chapa em aço inoxidável dobrada e pilaretes em concreto armado;

Instalação de luminárias do tipo arandela tartaruga instalada em condutele de PVC.

7.2. Localização e quantificação dos serviços

Para identificação do local de realização de cada serviço e sua respectiva quantificação, deverão ser consultados os projetos executivos de arquitetura e a planilha orçamentária da obra. Deverão ser consultados, também, os projetos complementares de engenharia.

7.3 Estima-se que a área total de intervenção, extraída do projeto executivo de arquitetura, seja de 95,06 m².

7.4. Projetos complementares de engenharia

Também compõe o projeto executivo de construção de rampa externa coberta no Colégio de Aplicação os seguintes projetos complementares de engenharia;

Drenagem de águas pluviais;

Estrutura de concreto armado;

Instalações elétricas.

Por fim, insta esclarecer que todas as intervenções a serem realizadas, bem como seus respectivos quantitativos, estarão integralmente previstos no projeto executivo de arquitetura e na planilha orçamentária anexados ao projeto básico da contratação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 809.595,66

Estima-se que para a contratação seja necessário, conforme orçamento elaborado pela Divisão de Orçamento da SPO, o montante de R\$ 809.595,66 (oitocentos e nove mil quinhentos e noventa cinco reais e sessenta e seis centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Consoante a súmula 247 do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de prejuízo para o conjunto ou complexo propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado.

Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, adverte o Tribunal de Contas da União:

É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.

(Brasil. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas / Tribunal de Contas da União. – 2. ed. Brasília: TCU, SECOB, 2009)

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, qual seja, execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se vislumbra, até o presente momento, outras contratações correlatas ao objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

De acordo com o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de classe mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”.

O item demandado consta da listagem do Plano de Contratações Anual da UFPE – PCA 2025, no item 371/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se que, com a conclusão da obra, sejam atingidos os seguintes objetivos:

- (i) A promoção do direito à igualdade de oportunidades e a garantia da dignidade a todas as pessoas;
- (ii) A adoção de medidas que favoreçam, a todos os estudantes o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem no Colégio de Aplicação;
- (iii) A garantia do acesso à educação superior a todos os estudantes com deficiência, em plena igualdade com as demais pessoas;
- (iv) O atendimento à legislação, em especial aos artigos 28, XVI e 57 da lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

13. Providências a serem Adotadas

No que se refere à adequação do ambiente do órgão, temos que:

A Universidade Federal de Pernambuco dispõe de servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido.

Por outro lado, será necessária a elaboração de estudos, por parte dos dirigentes do Colégio de Aplicação, no sentido de avaliar o impacto da execução das obras nas atividades rotineiras desenvolvidas na edificação. Nesse sentido, tal avaliação deverá prever o remanejamento das atividades que seriam realizadas no conjunto de edificações para outros locais, de modo a não impactar negativamente no cronograma de execução da obra.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A construção de rampa externa coberta no Colégio de Aplicação (CAP) produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:

A. Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

B. Observar o manual Resíduos da Construção Civil elaborado pela Diretoria de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pernambuco.

C. Destinar adequadamente os resíduos produzidos, devendo a contratada cumprir integralmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil aprovado pela EMLURB, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos, devendo, para tal, observar as técnicas construtivas e materiais empregados no projeto arquitetônico, nos projetos complementares e nos memoriais descritivos.

A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:

A. Utilizar peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, sempre que necessário o escoramento de formas de estrutura em concreto.

B. Utilizar madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros.

C. Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a construção da obra, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746, especialmente:

(i) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

(ii) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia.

(iii) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de todo o exposto no presente documento, após a análise da equipe de Estudo Técnico Preliminar, chegou-se à conclusão que a contratação é viável e necessária, nos termos aqui propostos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável designada por meio da portaria de designação coletiva número 36, de 16 de abril de 2025, da Diretoria de Licitações e Compras da UFPE.

MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 36, de 16 de abril de 2025, da Diretoria de Licitações e Compras da UFPE.

NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 36, de 16 de abril de 2025, da Diretoria de Licitações e Compras da UFPE.

GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação



Emitido em 08/09/2025

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR Nº 23/2025 - DPP (11.02.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 08/09/2025 14:21)
GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO
CHEFE
DE SPO (11.02.06)
Matrícula: ###601#3

(Assinado digitalmente em 08/09/2025 14:26)
MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA
DIRETOR
DPP (11.02.04)
Matrícula: ###330#6

(Assinado digitalmente em 08/09/2025 15:53)
NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI
ARQUITETO E URBANISTA
CA SPO (11.02.05)
Matrícula: ###074#8

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **23**, ano: **2025**, tipo:
ESTUDO TECNICO PRELIMINAR, data de emissão: **08/09/2025** e o código de verificação: **21abb1930f**